

03 MAI 2005

Brasília tem a 4ª cesta básica mais cara do país

CORREIO BRAZILIENSE

LUÍS OSVALDO GROSSMANN

DA EQUIPE DO CORREIO

O Distrito Federal tem a quarta cesta básica mais cara do país, segundo o Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese). Para comprar os alimentos, a família brasiliense precisou desembolsar R\$ 171,47 em abril — valor 2,5% maior que o registrado em março. O preço também deixa claro que, diferente do anunciado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o salário mínimo, mesmo com o novo valor de R\$ 300, não é suficiente para comprar duas cestas básicas, pelo menos no DF.

Segundo a supervisora do Dieese em Brasília, Lilian Marques, o maior impacto veio do aumento do feijão, que subiu 4,3% entre março e abril. “A batata, por exemplo, teve reajuste maior, mas é um produto facilmente substituível. Já o feijão, muito importante na dieta básica da população, sofreu influência da estiagem em várias regiões do país”, explica. Ela acredita, porém, que faltam sinais de aquecimento nos preços dos alimentos.

“Não há uma disparada nos preços. As variações têm causas pontuais, como a seca e a entres-

safra de alguns produtos”, avalia a supervisora do Dieese. Lilian Marques adianta, no entanto, que o preço do pãozinho pode aumentar mais no DF nos próximos meses. “O preço do trigo subiu muito. Em outros estados o ajuste de preços já foi maior que em Brasília”, destaca.

A especialista orienta as famílias a investir na pesquisa de preços. “A alimentação ainda é um item com grande concorrência, por isso é importante ir atrás de promoções”. Nas contas do Dieese, o consumo alimentar de uma família padrão — formada por dois adultos e duas crianças — chegou em abril a R\$ 514,41. Como resultado, o Dieese calcula que o valor ideal para o mínimo em R\$ 1.538,64, cinco vezes maior que o salário mínimo real, reajustado no domingo para R\$ 300.

O aumento no preço médio da cesta básica não foi exclusividade de Brasília — os reajustes aconteceram em 15 das 16 capitais pesquisadas pelo Dieese. As maiores altas ocorreram em Recife (+10,33%), Belo Horizonte (+10,17%) e Curitiba (+10,12%). A cesta básica mais cara foi encontrada em Porto Alegre (R\$ 183,15). São Paulo (R\$ 180,93) e Curitiba (171,69) vieram em seguida. Salvador foi a capital onde o

Daniella Sasaki/Especial para o CB/19.1.05



O FEIJÃO, PRODUTO IMPORTANTE NA DIETA DOS BRASILEIROS, FICOU MAIS CARO POR CAUSA DA ESTIAGEM

preço da cesta ficou mais em conta: R\$ 131,57.

Inflação maior

O reajuste de grãos — em especial milho, feijão e soja, afetados pela estiagem no início do ano — foi um dos motivos apontados por especialistas pelo novo aumento nas previsões de inflação de 2005. Segundo o rela-

tório Focus, divulgado ontem pelo Banco Central, as projeções de mercado para o IPCA deste ano subiram de 6,15% para 6,28%, como mostra a pesquisa semanal. Esta foi a nona elevação consecutiva das previsões, que estavam em 5,88% há quatro semanas.

Com a nova elevação, as estimativas de inflação para o ano se

distanciaram ainda mais da meta (já ajustada pelo BC) de 5,1% e continuaram a se aproximar do teto de 7%. “Já se começa a questionar se o governo vai conseguir manter a inflação na meta. No longo prazo, o Brasil vem caminhando para uma inflação menor. E mesmo uma inflação de 6% seria razoável para um país em desenvolvimento. Uma cor-

reção na meta poderia dar um alívio na taxa de juros, que tem um custo fiscal extremamente elevado e benefício praticamente nulo”, avalia o economista Alessandro Agostini, da consultoria Global Invest.

Acritica de economistas sobre as altas taxas de juros — a última reunião do Copom elevou a Selic novamente, para 19,5% ao ano — centra-se no efeito, ou na falta dele, sobre o principal componente da inflação no país: os preços administrados. A inflação medida sobre os reajustes de combustíveis, energia elétrica, telefonia, educação, remédios, transporte urbano, água e esgoto também foram elevadas, como mostra o Focus, de 7,40% para 7,65%. Sobre esses preços, as altas na Selic são ineficazes.

Talvez por isso o governo dê sinais de que pretende atacar os preços administrados, embora faça questão de esclarecer que não pretende desrespeitar os contratos. Ontem, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Guido Mantega, afirmou que as concessionárias de serviços públicos poderiam sair ganhando com uma eventual redução dos índices de reajuste aplicados nos contratos de concessão. “A renegociação é lícita, mas ela pode ser do interesse das duas partes, pois uma redução eventual dos preços pode levar a um consumo maior. A concessionária pode perder de um lado e ganhar do outro”, comentou Mantega.